



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 11/09/2020

No décimo primeiro dia do mês de setembro, do ano de 2020, em ambiente virtual, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED. Fizeram-se presentes os(as) **Conselheiros(as) Titulares Governamentais:** Aurelio Munhoz (AMP), Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR), Georgia W. Settanni (TJPR), Tadeu Veneri (ALEP); **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Maria Nysa Moreira Nanni (SESP), Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF); **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP Sindicato), Rute Regina Alves (ACECTP), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Edna Aparecida Sarro Siqueira (Comunidade Bom Pastor); **Conselheiros(as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Silvana Moreira Dantas (SINDARSPEN), Karollyne Nascimento (Transgrupo Marcela Prado), Diego Henrique da Silva Alves (Parafuso Educomunicação), Leonildo José Monteiro Filho (MNPR), Waleiska Emília Fernandes Figueiras (SINDIJOR); **Convidados(as)/Observadores(as):** Thais Diniz (ALEP), Gisele Onuki (SETI), Isabela da Silva Perotti (Mandato Goura), Filipe Bueno (SEJUF), Thiago Hoshino (Ouvidor da DPPR), Roselene Sonda (CAOPJDH MPPR). **1. Aprovação da pauta:** Cumprimentando as pessoas presentes, o Vice-Presidente Clau Lopes dá início à Reunião Ordinária e questiona se há inclusões para a pauta. O Conselheiro Leonildo traz pedido de acompanhamento de reintegração de posse em Almirante Tamandaré. O Conselheiro Diego lembra que estamos no setembro amarelo e que a questão de atenção à saúde mental e suicídio está em nosso planejamento estratégico, pedindo a inclusão de ponto de pauta sobre essa questão. Os pedidos de inclusão foram aprovados, assim como o restante da pauta. **2. Aprovação das atas (julho/2020 extraordinária, agosto/2020 ordinária e agosto/2020 extraordinária):** Diego enviou por email suas sugestões de alteração da ata e não houve mais manifestações. Considerando que os pedidos de alteração do Conselheiro Diego dizem respeito a falas do próprio, encaminhou-se pela aprovação, consignando-se a necessidade de se promover as alterações referidas. **3. Informes da**



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Secretaria Executiva: Anderson pede que seja informado sobre a reunião com o Secretário da SEJUF. Ana relatou sobre pedido de informações sobre boas práticas em Direitos Humanos e Segurança pública de pesquisadora do IPCCIC – Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC) em parceria com o PNUD - enviado aos(às) Conselheiros(as) por email; recebimento de resposta ao Ofício nº 019/2020 COPED - Protocolo 16.676.944-2 SEJUF DAS COVID, enviado por email em 18/08, questionando para qual Comissão deve ser enviado, deliberando-se pelo envio à Comissão Permanente de Grupos Vulneráveis e Vulnerados; a respeito do Protocolo 16.659.780-3, decide-se pelo envio à Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas, Educação em Direitos Humanos e Direito à Comunicação; o Protocolo 16.552.703-8, deverá ser enviado novamente aos(às) Conselheiros(as) e será analisado pelos Conselheiros Aurélio e Anderson, que trarão para pauta da próxima reunião. O Conselheiro Diego sugere incluir na pauta da reunião com o Secretário, ampliando para demais Conselhos, priorizando o COPED. O Conselheiro Aurélio traz que a negativa era esperada, apesar de não fazer sentido. Concorde com o Diego. Se dispõe a fazer esse trabalho. O Conselheiro Anderson pergunta se é posicionamento da PGE ou da AT/SEJUF, ao que Ana informa que trata-se de posicionamento exarado pela PGE em outro Protocolo. O Vice-Presidente Clau lembra que isto, como trazido pela Waleiska, é demanda desde o início do COPED. Entende que o COPED deve manter seu posicionamento. Destaca que isso ficará como a questão da comunicação, que a SEJUF não atendeu. Pede que alguma entidade forneça e demarque o repúdio, uma vez que isso seria uma demanda simples. Por fim, o Conselheiro Anderson pediu vistas. Restaram aprovados como encaminhamentos: envio para Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas, Educação em Direitos Humanos e Direito à Comunicação, tendo como relatores os Conselheiros Aurélio e Anderson, responsáveis por apresentar como ponto de pauta na próxima reunião, bem como levar a pauta na reunião com o Secretário, o que ficou como atribuição do Conselheiro Aurélio. Com relação ao Protocolo 16.856.179-2, deliberou-se pelo envio à Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas, Educação em Direitos Humanos e Direito à Comunicação; sobre



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

o Protocolo 15.667.780-9, Diego sugere a análise por duas Comissões, como no CEDCA, mas concorda com Marcel, o qual sugere que seja enviada apenas a uma para agilizar a análise. Conselheiro Leonildo sugere a Comissão Permanente de Monitoramento dos Sistemas de Privação de Liberdade. Por fim, por sugestão da Conselheira Rute, decidiu-se pelo envio para Comissão Permanente de Grupos Vulneráveis e Vulnerados, que pede se precisar de outras comissões. Ana prossegue trazendo que encontrou um relatório da Conferência de Direitos Humanos que acredita estar completo, restando aprovado o envio do mesmo por email aos(as) Conselheiros(as); pontua o recebimento de retorno da PC PR sobre sugestões da Veritás, o que será enviado à Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas, Educação em Direitos Humanos e Direito à Comunicação para análise. Com relação às demandas da Cacique Juliana, Ana pede para o Residente Técnico Filipe trazer o relato, o qual traz que recebemos os documentos enviados pela Conselheira Maria Nysa, no entanto, estes estavam ilegíveis, motivo pelo qual precisou requerer novo envio. Após, Filipe trouxe que fez contato direto com a Cacique, preocupado se alguma das situações tinha mudado, quem informou que as demandas permaneciam as mesmas, pontuando a necessidade de atendimento de saúde pela SESAI, vacinação e castração de animais abandonados na Ilha, construção de trapiche, instalação de placa fotovoltaica e colocação de placas pela FUNAI, que informem se tratar de terra indígena. Ainda, Filipe relata que fez contato com a COPEL para saber sobre a instalação, a qual apresentou número de protocolo junto ao IAP para autorização. Assim sendo, sugere oficiar a Prefeitura sobre o trapiche e os animais abandonados, a SESAI sobre o atendimento de saúde, a FUNAI sobre as placas e o MPF para acompanhamento. Diego pede explicação sobre como isso chegou ao Filipe, ao que Maria Nysa explica que isso foi abordado em reunião do Conselho. O Conselho aprova o envio dos ofícios sugeridos pelo Filipe e também envio para o IAP cobrando retorno. O Conselheiro Diego pergunta se como Conselheiros podem pedir melhorias para comunidades, quaisquer que sejam. Anderson informa que sim, bastando incluir como ponto de pauta. Maria Nysa explica que essa demanda estava sem atenção há muito. Ana dá continuidade aos informes expondo que recebeu justificativas de ausência da Conselheira



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Waleiska para a reunião extraordinária de agosto e do convidado Thiago Hoshino e Conselheiros(a) José Wilson, Jucimeri e Rafael Moura acerca da presente reunião. Por fim, com relação à reunião do COPED com o Secretário da SEJUF, Ana explana que a primeira reunião foi realizada em 20 de agosto, sendo solicitado pelo COPED a continuidade em nova data. Assim, propôs-se a realização de nova reunião em 01 de setembro, às 11h. No entanto, devido à solicitação dos Conselheiros por mais tempo de reunião, foi trazida outra data. Esta, porém, teve de ser cancelada devido a viagem do Secretário com o Governador do Estado. Assim, a reunião será realizada em 16 de setembro, 10h, com a participação dos(a) Conselheiros(a) Clau, Anderson, Diego, Jucimeri e Marcel, além do Aurélio, conforme deliberado hoje. Clau pergunta se foi dado andamento aos encaminhamentos aprovados na última reunião. Ana afirma que sim, mas que está aguardando publicação do DIOE. Clau pede para agilizar a publicação no site. **4. Diálogo com Secretarias de Estado sobre LOA 2021:** Ana explica a demanda aos(as) representantes presentes. O Conselheiro Diego pergunta se os(as) representantes vão trazer retorno. Sandra explana que a SEFA ainda não informou qual será a verba disponível. Sabe que haverá alterações em relação à 2020, mas que está aguardando a informação da SEFA para poder informar valores. Ourival explana que já havia uma ação na LOA 2020 que poderia atender as demandas, mas que para 2021 a SECC ainda depende também do retorno da SEFA, mas, a princípio, sim, estará na LOA de 2021. Lembra que o prazo para a PLOA é 13 de setembro. Regina também coloca que havia previsão na LOA 2020, mas que para 2021 haverá mudanças. Pontua que a SEED já trabalha com a formação de profissionais de educação e que tem propostas, inclusive formatando curso EAD. Explana que outras ações deverão passar pelo crivo da DG/SEED e dos recursos que serão liberados. Sandra complementa que a SETI possui uma ação permanente na LOA e pergunta se há necessidade de nova verba. Ana, enquanto representante da SEJUF, afirma que já incluiu na sua proposta no âmbito do DEDIF ações para contemplar algumas das demandas prioritárias. No entanto, depende da aprovação nas demais instâncias da Secretaria para poder trazer a informação. Sugere que o debatido nesta reunião seja enviado às Secretarias. Sandra reforça a importância de que seja enviada resposta às



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Secretarias, como sugerido pela Ana. Regina concorda que é necessário deixar claro não apenas valores, mas o que já está sendo feito e o que se pretende fazer para 2021. Diego traz preocupação que os órgãos, ao receberem os ofícios, tragam respostas pontuais em relação a cada uma das solicitações. Ana explica que isso não foi especificado no ofício e seria necessário fazê-lo. Diego pergunta se lendo a deliberação enviada os(as) convidados(as) conseguiram identificar quais ações cada Secretaria iria executar. Sandra pontua que não há especificação na deliberação, só direitos humanos em geral, trazendo diversas ações que se encaixam, como programas com indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros, destacando o Programa Universidade sem Fronteiras. Regina concorda com a Sandra, destacando projetos da SETI com populações vulneráveis. Informa que a SEED também faz trabalhos nesse sentido. Assim, pontua que outras demandas teriam que passar pela DG/SEED. Ourival coloca que há ação específica de cultura e direitos humanos, mas também há ações da Cultura Criativa que contempla populações vulneráveis. Isso será mantido para 2021, lembrando que a implementação de fato terá que ser analisada futuramente, em 2021 mesmo. O Conselheiro Marcel agradece a presença dos servidores e lembra que o COPED tem como atribuição definição das políticas de direitos humanos, tendo, porém, dificuldades para essa função. Ressalta as dificuldades de compreensão dos direitos humanos na sociedade atual. Assim, pede o compromisso para sistematização das ações que cada Secretaria tem nesse sentido. Propõe como encaminhamento a reunião destas ações, para que o Conselho tenha ciência e possa divulgar estas ações, pois esse fluxo de informação acaba se perdendo. Registra mais uma vez o trabalho dos(as) servidores(as) destes órgãos que trabalham com as temáticas. O Conselheiro Diego retoma, pedindo as respostas específicas por escrito, se colocando à disposição para fazer os apontamentos específicos para cada órgão, inclusive para isso ser respondido sobre as providências. Continua propondo que o Conselho endosse o que cada Secretaria faz para promoção de direitos humanos, salientando que não sejam informações apenas da Cultura, mas também da Comunicação Social. Pede que cada Secretaria informe o que está enviando como proposta de PLOA. Reforça pedido de diálogo com os órgãos, em especial com a SEED, por



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

meio do Comitê de Acompanhamento da Implementação do Plano de Educação em Direitos Humanos. Ana e Regina informam que não podem mandar uma prévia do que é solicitado pelos setores, mas é possível fazer o pedido do texto final para cada órgão. Regina explica que é a SEJUF que acompanha a implementação do Plano de Educação em Direitos Humanos, por meio da Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH). Continua lembrando que em 2018 foi enviada uma planilha pedindo informações sobre a implementação do Plano e a SEED mandou essa resposta. Sugere que seja enviado novamente uma planilha similar. Ourival reforça o pedido da Regina, questionando informações pormenorizadas. Clau traz preocupação do COPED e sua, como educador, com as dificuldades da educação em EAD no período atual de pandemia. Traz o aumento das violações de direitos de crianças e adolescentes nesse período no ambiente escolar. Entende que os materiais e conteúdos da SEED são, em muitas vezes, racistas e LGBTfóbicos, trazendo a necessidade de atuação da educação em direitos humanos, a fim de ampliar os debates de direitos humanos nas aulas remotas. Entende que a SEED deveria fazer um crivo prévio nos materiais. Diego retoma preocupação que não seja possível o envio prévio das informações para o COPED, mas pondera que é o COPED o Conselho que deve deliberar estas questões. Assim, propõe que as Secretarias, especialmente a SEJUF, esteja em diálogo com o COPED antes de fazer a implementação de ações em direitos humanos. Agradeceu o diálogo iniciado neste momento e pede que isso seja fortalecido. Sugere que a Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas, Educação em Direitos Humanos e Direito à Comunicação continue esses diálogos. Propõe a criação de instrução normativa para todas as Secretarias para que dialoguem com o COPED no momento de elaboração de suas PLOAs. Rute reforça que o orçamento é público e que essa informação deve ser divulgada. Ana explica que sua fala foi no sentido de que ela não pode compartilhar as informações sem aprovação do titular da pasta, mas que com o ofício já sugerido, as respostas poderão ser enviadas. Regina explica a estrutura atual da SEED e suas Diretorias. Explica que em relação aos recursos para as aulas em EAD, assim como no Ceará e no Espírito Santo, é pautado no referencial curricular do Estado. Dessa forma, entende que é necessário explicitar



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

isto e que a SEED está passando por aprendizado sobre como dar continuidade nesse processo. Informa que a SEED está em diálogo constante com rede de proteção, incluindo o Ministério Público, com ações locais em cada Comarca. Destacou o trabalho da Regina Bley e da Priscilla para garantia do nome social nos aplicativos para aulas em EAD. Sobre a ESEDH/SEJUF, a SEED tem trabalhos conjuntos, e pode ter a participação do COPED. Agradece as falas. Ana retoma os encaminhamentos no sentido de envio de ofício às Secretarias de Estado solicitando informações sobre os valores na LOA 2021, bem como ofício à ESEDH/SEJUF sobre a Comissão de Acompanhamento do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e estes são aprovados. Diego propõe que uma das Comissões se debruce sobre estratégias de participação social no orçamento público. Fica aprovado o envio para a Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas, Educação em Direitos Humanos e Direito à Comunicação. **5. Acompanhamento de reintegração de posse em Almirante Tamandaré:** O Conselheiro Leonildo traz que o Conselheiro Marcel tem acompanhado mais de perto, e este informa que o Estado tem recrudescido as reintegrações, lembrando que havia um Decreto Judiciário que impedia reintegrações no atual período. Informa que o dado oficial é de 150 famílias nesta ocupação em Almirante Tamandaré, mas os integrantes da ocupação afirmam ser 300. Sugere como encaminhamento Ofício para o TJ perguntando se não houve violação do Decreto Judiciário. Pontua que pode haver uma exceção no referido Decreto. O Conselheiro Leonildo propõe que no ofício questione também o número de despejos determinados e como pode ser feito o acompanhamento pelo COPED, pedindo que isso seja feito por alguma comissão, inclusive in loco, para averiguação de não violação de direitos. Pede que conste no ofício que as pessoas despejadas tenham acesso a políticas básicas e seja questionado ao Poder Público o que é feito para as famílias após a desocupação. Thais informa que grande parte das famílias que foram para ocupação de Almirante Tamandaré estavam na lista de espera da ocupação de Campo Magro, são famílias que foram afetadas pela crise de moradia agravada pela pandemia. Faz 2 semanas que cerca de 150 famílias estavam ocupando aquela área particular. A polícia militar começou o despejo de forma consensual hoje de manhã,



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

fizeram cadastro das famílias para programa habitacional, porém há famílias que já estão nessas listas há mais de 10 anos. sugere que seja colocado ao TJPR uma proposta de alteração do Decreto Judiciário para que não sejam feitos despejos de ocupações realizadas na pandemia, visto que esta tem trazido uma crise de moradia. Maria Nysa pede que no ofício conste pedido para que as desocupações sejam informadas com antecedência e sejam as famílias encaminhadas para programa de moradia. Thais sugere que na próxima reunião haja participação de representante do movimento pela moradia. Diego questiona se a política de moradia pode ser levada à SEJUF, já que esta leva família no nome, ou se isto deve ser levado para a COHAPAR, coloca ainda que poderia ser feito amadurecimento em Comissão ou diálogo com prefeitura sobre esse caso específico. Ana sugere que a pessoa representante do movimento pela moradia participe em comissão específica e que esta traga encaminhamentos gerais sobre política de moradia. Ainda, que haja questionamento à Prefeitura sobre as medidas adotadas neste caso específico. Aurélio concorda com envio à Comissão e sugere que seja a de Vulneráveis e Vulnerados. Leonildo propõe que seja a Comissão de População em Situação de Rua. Ana propôs o envio de ofício também para Prefeitura local. Foram aprovados os encaminhamentos: de envio de ofício ao TJPR e à Prefeitura de Almirante Tamandaré, bem como o convite de integrante do movimento para participação na próxima reunião, ficando convidado para participar da reunião da Comissão de População em Situação de Rua. Dado o horário, os trabalhos são encerrados na parte da manhã e o Vice-Presidente retoma a plenária na parte da tarde. **6. Setembro amarelo e atenção à saúde mental no Paraná:** O Conselheiro Diego lembra que no planejamento foi inserida uma meta para atenção à saúde mental no Estado. Aponta que matéria no Bem Paraná traz que é o 6º ano seguido que há aumento no número de suicídios, com recorde no Estado do Paraná. Sugere a criação de grupo para debater questionamentos à SESA para informação sobre as principais políticas de atenção à saúde mental e enfrentamento ao suicídio, questionando as principais causas. Rute sugere primeiro questionar o Estado, por meio da SESA, se há mapeamento dos casos de suicídio, em período de tempo estabelecido pelo Pleno, para depois encaminhar para uma Comissão. Aponta que os



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

municípios têm políticas próprias que são implementadas com dificuldade. Entende que os últimos 12 meses é o mais interessante, levando em conta a ficha de notificação compulsória. Relata que fez atendimento nessa noite de tentativa de suicídio por adolescente e que o Hospital não sabia preencher a ficha de notificação do SINAN. Diego sugere que se questione sobre as políticas também, perguntando sobre 2019. Aurélio destaca que a pandemia tem trazido um grande aumento nas demandas de saúde mental. Assim, entende que é necessário questionar sobre esse ano e perguntar ao Estado sobre o planejamento para esse ano e o pós pandemia. Restou aprovado ofício à SESA pedindo dados de 2019 e 2020 e perguntando sobre as ações do Estado, mesmo que a implementação seja do município. Diego fica responsável por elaborar os questionamentos. **7. Relato e aprovação dos encaminhamentos das Comissões: a) Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas, Educação em Direitos Humanos e Direito Humano à Comunicação:** como primeiro ponto de pauta, discutiu-se o desmembramento da Comissão em duas, para ser mais efetivo o acompanhamento legislativo, no entanto, a discussão permanecerá na Comissão por hora. Sobre a capacidade de atendimento da Defensoria Pública e a resposta recebida do órgão, Diego trouxe que a resposta enviada foi bem pormenorizada e contextualizada. Thaís contextualizou que nos Municípios há temáticas que não são atendidas. Aurélio pontuou a necessidade de solicitar a verba no orçamento do Estado para ampliar o atendimento. Marcel sugeriu agradecer o retorno e enviar ofícios ao Ministério Público e Tribunal de Justiça, considerando que estes têm orçamentos próprios. Thaís sugere enviar para a SEJUF a resposta da DPPR, visto que a Secretaria debate questões de acesso à justiça. Ficou aprovado como encaminhamento o envio de ofício para MPPR e TJPR, perguntando se sabem e qual é o posicionamento, outro para a SEJUF e outro à DPPR agradecendo o retorno e informando os encaminhamentos. Ana pontua que concorda com o envio dos Ofícios, com exceção daquele direcionado à SEJUF, visto que não seria atribuição da Secretaria trabalhar com esta temática. Diego explica que a intenção não é cobrar os órgãos, mas pedir apoio à temática. Os(as) demais conselheiros(as) aprovaram as propostas. Acerca da resposta ao GOFS/SEJUF, reiterou-se a importância de se produzir a resposta, de



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

atribuição do Anderson, Diego e Amanda. Diego cita também a intenção de dialogar com a Marcela do GOFs. Anderson pontuou a participação dos(as) Conselheiros(as) do interior nas reuniões das Comissões. Diego trouxe também a necessidade de apoio a casos de acompanhamento de restituição de posse, por exemplo. Não houve encaminhamentos. Tratando da Implementação da Lei Audir Blanc no Paraná, trouxe que houve uma contextualização inicial e que, após, entendeu-se a dificuldade de efetivar a deliberação anterior que se resumia a fazer uma minuta de posicionamento do COPED. Assim, Thais se disponibilizou a fazer contato com o movimento social Coragem, especialmente, ainda, visto os novos andamentos dados pelo Estado. Entende que pode haver mais diálogo com esta liderança, para as demais atuações frente à cultura. Sobre o Protocolo nº 15.904.993-0 que trata da execução da SETI sobre a implementação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná, ficou aprovado como encaminhamento responder o protocolo perguntando o que a SETI fez/faz sobre o Plano, enviando o Plano anexo e dando como prazo até o fim do ano para resposta. Ana sugere que seja enviado à SETI o Plano e que o acompanhamento seja feito por meio da Comissão junto à ESEDH que se falou na parte da manhã. Diego teme que a Comissão esteja desarticulada e acabe não havendo o acompanhamento. Ana compreende a preocupação do Diego e concorda com o envio de ofício à SETI, porém pontua a necessidade de haver um acompanhamento estrutural do Plano como um todo. Restou aprovado ofício para a SETI, na forma sugerida pelo Diego, e o envio do debate para a Comissão de Educação em Direitos Humanos. O Protocolo nº 16.118.812-3 não foi encontrado, motivo pelo qual não foi debatido. O Protocolo nº 16.314.454-9 não foi anexado ao email. Ana se comprometeu com o envio de ambos. Por fim, o Protocolo nº 16.291.704-8 traz resposta da SEED sobre a implementação da Lei 10.639, com materiais e capacitação sobre esta temática, assim como relativo às equipes multidisciplinares. Diego entende que a resposta traz informações relevantes, mas é genérica sem detalhamentos. Pontua que debates da Parafuso Educomunicação permitiu o mapeamento dificuldades das equipes multidisciplinares, assim como da APP Sindicato. Desta feita, restou aprovado o compartilhamento do documento com a Thaís, da ALEP, assim como o



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

aprofundamento da questão na Comissão. Faltaram os três últimos pontos que tratavam de Protocolo nº 16.484.190-1; Protocolo nº 16.291.584-3; e Protocolos nº 16.724.423-8, 16.724.436-0 e 16.724.397-5. Ainda, agradeceu o trabalho da Secretaria Executiva. **b) Comissão de Vulneráveis e Vulnerados(as):** Rute relatou que, tendo em vista a resposta da SESA no Protocolo nº 15.893.317-9, decidiu-se pelo arquivamento do mesmo. Sobre o Protocolo nº 15.953.020-5, foi feito contato direto com o cidadão para que este busque a DPU, motivo pelo qual a Comissão encaminhou para arquivamento. Ambos os encaminhamentos de arquivamento foram aprovados pelo pleno. O ponto sobre LGBTfobia na mídia não foi debatido por falta de elementos. Aurélio lembra que o ponto se deu por um artigo de opinião do Carlos Ramallete na Gazeta do Povo. A Conselheira Karollyne lembra que o jornalista colocou que a transexualidade virou modinha. Aurélio sugere o envio de ofício à Gazeta do Povo, pedindo ajuda da Karollyne para a redação. Informou que o Carlos não é jornalista, motivo pelo qual não adianta levar ao Sindicato. Portanto, entende que a questão deve ser levada à Gazeta. Karollyne informa que um grupo está debatendo ajuizar ação contra a Gazeta. Recomendação já foi enviada por outros órgãos ao Jornal, sem efeito. Aponta que desde a publicação desta, já saíram mais 3 matérias. Entende que é necessário algo mais efetivo. Aurélio entende que é necessária manifestação do COPED, mesmo que isto já tenha sido feito pela OAB, ainda, **propõe denúncia ao Ministério Público e Defensoria Pública para ajuizamento de ações**, visto que este tipo de artigo não está abarcado pela liberdade de imprensa. Diego concorda com a Karollyne, visto que o COPED não possui meios para ampla divulgação de eventual posicionamento contrário à Gazeta e sugere apenas fazer contato com **NUCIDH e NUDEM da DPPR** para avaliar cabimento de ação judicial, inclusive com pedido de indenização. Pergunta se a decisão de criminalização da LGBTfobia se aplica no sentido do SOS Racismo atender esses casos. Ana informa que não, visto que o SOS Racismo é uma demanda do movimento negro e que o próprio movimento LGBTI+ não necessariamente reconheceria esse canal. A Conselheira Rute pondera que as questões sejam analisadas em separado, tratando da política sobre forma de orientação em casos de denúncia, em separado da questão da Gazeta do Povo. Aurélio reitera a importância de manifestação para



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

a Gazeta do Povo, pois o jornal tem apresentado diversos posicionamentos violadores de direitos humanos. Desta feita, ficou aprovado envio de ofício para o MPPR E DPPR (NUCIDH e NUDEM), bem como manifestação para a Gazeta, a ser elaborada pelo Aurélio. No ponto demora no atendimento das necessidades da população indígena da aldeia Tekoa Takoaty – NUCRIA Paranaguá, Rute relatou o caso, lembrando que pela manhã foram trazidas complementações, inclusive com a necessidade de transporte de gestantes para atendimento em outra localidade. Assim, sugere o envio de ofício para MPF e FUNAI, questionando também, de forma urgente, sobre a transferência de gestantes. Ana registra que pela manhã ficou aprovado envio de ofício para SESAI, IAP e Prefeitura de Paranaguá. Enfim, sobre os paranaenses no dossiê de antifascistas do Deputado Estadual (SP) Douglas Garcia (SP), a partir da resposta do MPPR e MPF, entendeu-se que ainda não há elementos para novos encaminhamentos. **c) Comissão de Acompanhamento dos Sistemas de Privação de Liberdade:** Karollyne aponta que a única questão que seria trazida pela Comissão seria sobre a possibilidade de fechamento do CMP, mas devido à ausência da Conselheira Silvana, não tem condições de trazer outros informes. Ana pergunta se houve debate sobre os protocolos que estavam na pauta e Karollyne informa que não. **d) Comissão da População em Situação de Rua:** Leonildo pede que Aurélio traga os encaminhamentos, quem traz como sugestão o envio de carta às Prefeituras Municipais sobre o acolhimento da população em situação de rua. Ana sugere que a carta seja enviada por email com prazo para manifestações dos(as) Conselheiros(as). Aurélio se compromete com o envio. Sobre os demais pontos de pauta, Leonildo informa que haverá nova reunião para debate dos encaminhamentos sobre a Missão do CNDH, tendo vista os objetivos desta. Aurélio informa que talvez não esteja na reunião referida, devido à reunião do GT da Cartilha. Leonildo lembra que serão convidados parceiros para integrar a Comissão, convidando também 2 integrantes do CIAMPRua do Paraná. Ana pede que os convites sejam feitos por ofício, colocando a Secretaria Executiva à disposição para tanto, para posterior nomeação de convidados(as). Aurélio coloca sua proposta de criação de fundo emergencial para atendimento da população em situação de rua, mas aponta que levará



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

isto para a reunião da Comissão. Leonildo pondera que a intenção é organizar a Comissão para que esta seja bem objetiva e tenha efeitos na ponta. Ana fará o envio para Leonildo sobre os demais pontos que estavam na pauta. Informa que o MMFDH fez contato com ele sobre a criação de GT sobre pessoas desaparecidas, totalizando 80 mil pessoas desaparecidas em um ano, achando 3 ou 4%. Informa que levará isso para a Comissão. **e) Comissão Permanente de Denúncias:** Ana relata que não houve reunião da Comissão e pede aprovação do Conselho acerca do caso do Sr David, sendo aprovada a resposta à FAS sobre os encaminhamentos dados no caso. Diego pergunta se não seria o caso de envio do caso para acompanhamento da DPPR, mas Ana informa que o denunciante já tem advogada. Leonildo destaca a importância deste debate, visto que a demolição de casa sem oferta de acesso a serviços acontece reiteradamente e a FAS oferece 300 reais para a família. **8. Relato e aprovação dos encaminhamentos dos Grupos de Trabalho: a) GT de Educação em período de pandemia:** Clau informa que o GT está atento aos debates do Estado, mas que não há relatos a trazer. Rute informa que recebeu documento conjunto do MPF, MPPR e MPT sobre a retomada das aulas. Clau diz que cada Estado está com realidades diferentes, mas que mesmo assim não há encaminhamentos no momento. **b) GT da Cartilha de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos:** Aurélio informa que estão ainda na captação de histórias de violação de direitos humanos, reiterando pedido para envio de colaborações dos(as) Conselheiros(as). A próxima reunião será na terça-feira. Diego pergunta sobre o formato das histórias. Aurélio expõe que continuam os mesmos de quando o Diego propôs, mas não se lembra. Pontua que fará contato com o Conselheiro Leonildo para relato sobre população em situação de rua. Rute se compromete com o envio de uma história. **9. Informes dos(as) Conselheiros(as):** Rute informa que sua associação está em processo eleitoral, devendo haver recondução, com poucas mudanças, mas pontua dificuldade do processo eleitoral devido à renovação dos Conselhos Tutelares e da onda reacionária de pessoas que foram eleitas. Questiona ao Deputado Tadeu Veneri se a ALEP tem gráfica própria, ao que informa que não. Explica que a intenção é publicar ECA comentado. Tadeu traz que em âmbito Federal há, mas na ALEP não tem mais desde os



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

diários secretos. Aurélio registra agradecimento à Ana Raggio, Marcel Jeronimo e Thiago Hoshino sobre o apoio nos casos de violação de direitos que enviou no grupo de whats. Leonildo convida as entidades para auxiliar na divulgação da eleição do CIAMP Rua, trazendo a intenção de ter maior representatividade do interior. Informa também as eleições do CNDH e CIAMP Rua Nacional. Diego informa que o CEJUV está com uma campanha de prevenção ao suicídio que pretende-se que seja ampliada para o ano todo, com a realização de eventos online, trazendo que irá encaminhar os links. No Conselho Municipal de Juventude, está auxiliando na elaboração de Plano de Ação para os últimos 3 meses de mandato. Enfim, Diego lembra que o CEDCA vai realizar sua Conferência Estadual por meio de link do youtube, trazendo a importância de que o COPED acompanhe esse evento. Sem mais a ser deliberado, foi encerrada a reunião. A presente ata foi lavrada pela servidora Ana Zaiczuk Raggio.